



Prefeitura Municipal de Águia Branca  
Estado do Espírito Santo

DECRETO N.º 7.676/2017

**Dispõe sobre a criação, composição e funcionamento do comitê de investimento dos recursos no âmbito do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Águia Branca - ES, e dá outras providências.**

O **Prefeito Municipal de Águia Branca/ES**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e considerando o disposto no artigo 3º-A, § 1º da Portaria MPS nº 170/12, que altera a Portaria MPS/GM nº 519/11.

**DECRETA:**

**CAPÍTULO I**

**DA CRIAÇÃO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DOS RECURSOS DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL**

Art. 1º Fica criado, no âmbito do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Águia Branca, o Comitê de Investimentos, instância colegiada de caráter consultivo e propositivo, com a finalidade de assessorar a Presidência e o Conselho Administrativo no processo decisório quanto à execução da política de investimentos dos recursos do Regime Próprio de Previdência Social, tendo presentes as regras de planejamento, segurança, rentabilidade, solvência, liquidez, transparência, monitoramento e avaliação em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, na gestão dos recursos do RPPS.

Parágrafo único. As definições da aplicação dos recursos financeiros terão como fundamentos:

I - Política de Investimentos aprovada pelos Conselhos Administrativo e Fiscal do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Águia Branca;

II - disposições contidas no parágrafo único do art. 1º e incisos IV, V e VI do art. 6º, ambos da Lei nº 9.717/98;

III - normas do Conselho Monetário Nacional, constantes da Resolução nº 3.922/10, expedida pelo Banco Central do Brasil, ou qualquer outra que vier a alterá-la ou substituí-la;

IV - conjuntura econômica de curto, médio e longo prazo;

V - indicadores econômicos.



Prefeitura Municipal de Águia Branca  
Estado do Espírito Santo

**CAPÍTULO II**  
**DA COMPOSIÇÃO, ORGANIZAÇÃO, ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO**  
**COMITÊ DE INVESTIMENTOS**

Art. 2º O Comitê de Investimentos instituído por este Decreto será composto por 3 (três) membros como titulares e 1 (um) como suplente, todos segurados efetivos indicado pelo:

I - Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Águia Branca;

II - Poder Executivo,

III - Poder Legislativo.

§1º O membro suplente será indicado pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Águia Branca.

§ 2º Os integrantes do Comitê de Investimentos serão nomeados pelo Prefeito Municipal, com posse dada em ato a ser presidido pelo Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Águia Branca, posteriormente publicado de acordo com a legislação vigente.

*Nomeado  
pelo  
Prefeito*

§ 3º. Na hipótese de ausência de um dos membros a qualquer reunião, o suplente assume a titularidade, com direito a voto, sem prejuízo de poder participar de todas as reuniões, com direito a voz.

§ 4º Em função dos assuntos a serem tratados, é permitida a presença nas reuniões de outros participantes, mediante convite dos membros do Comitê, ou por solicitação, acatada pelos mesmos.

§ 5º Os membros que comporão o Comitê de Investimentos deverão, em sua maioria, tanto como titulares ou suplente, possuir certificação por entidade autônoma de reconhecida capacidade técnica e difusão no mercado brasileiro de capitais, principalmente o responsável pela gestão dos recursos do RPPS, conforme estabelecido na Portaria MPS Nº 519/2011.

§ 6º Os membros do Comitê de Investimento terão o prazo de 180 (cento e oitenta) dias a partir da publicação da nomeação para obterem a certificação referida no parágrafo anterior.

§ 7º Caso nenhum membro nomeado, obtenha a certificação no prazo estipulado, será o mesmo substituído por outro, imediatamente após o término do prazo de certificação citado no § 6º.

*Ag*



Prefeitura Municipal de Águia Branca  
Estado do Espírito Santo

§ 8º Os membros do Comitê de Investimentos terão garantia de acesso a todas as informações relativas aos processos de investimentos de recursos do RPPS.

Art. 3º Os representantes do Comitê de Investimento terão os seus mandatos no período de 03 (três) anos, podendo ser reconduzidos pelo mesmo período.

§ 1º Os membros do Comitê de Investimentos serão afastados de sua função por:

- a) renúncia;
- b) decisão da maioria dos seus membros;
- c) faltas sem justificativa a três reuniões do colegiado, consecutivas ou intercaladas;
- d) conduta inadequada, incompatível com os requisitos de ética e profissionalismo requeridos para o desempenho do mandato;
- e) denúncia, devidamente comprovada, da prática de atos lesivos aos interesses do Município ou da entidade previdenciária.

§ 2º São requisitos mínimos para os funcionários efetivos, membros do Comitê de Investimento:

- a) não ter sofrido condenação criminal transitada em julgado;
- b) não ter sofrido penalidade administrativa por infração da legislação previdenciária, ou como servidor público; e,
- c) outros requisitos previstos na legislação vigente.

§ 3º Os representantes do Comitê de Investimento poderão receber remuneração pelas funções desempenhadas por reunião a ser fixada por Lei específica, desde que possua certificação por entidade autônoma de reconhecida capacidade técnica e difusão no mercado brasileiro de capitais.

*Remun.  
Função  
por Lei*

Art. 4º Compete ao Comitê de Investimento:

I - Propor, anualmente, a política de investimentos, bem como eventuais revisões, submetendo-as à Presidência, para posterior encaminhamento e aprovação pelo Conselho Administrativo;

II - Acompanhar o desempenho obtido pelos investimentos, em consonância com a política de investimentos, bem como com os limites de investimentos e diversificações estabelecidos na Resolução nº 3.922, de 25/11/2010 e as que sobrevierem;

III - Propor a alocação tática dos investimentos, em consonância com a política de investimentos, o cenário macroeconômico, e as características e peculiaridades do passivo;

*19*



Prefeitura Municipal de Águia Branca  
Estado do Espírito Santo

IV - Selecionar opções de investimentos, verificando as oportunidades de ingressos e retiradas em investimentos;

V - Zelar por uma gestão de ativos, em consonância com a legislação em vigor e as restrições e diretrizes contidas na política de investimentos, e que atendam aos mais elevados padrões técnicos, éticos e de prudência;

VI - Propor a determinação da política de taxas e corretagens, considerando os custos e serviços envolvidos;

VII - Selecionar gestores, corretoras de valores e outros prestadores de serviços diretamente ligados à atividade de administração de recursos;

VIII - Apoiar a Presidência na elaboração da Política de Investimentos, avaliando cenários econômicos;

IX - Analisar a conjuntura, cenários econômicos e perspectivas de mercado, propondo as estratégias de investimentos para um determinado período;

X - avaliar as opções de investimento e estratégias que envolvam compra, venda e/ou renovação dos ativos das carteiras de investimentos do Instituto;

XI - avaliar riscos potenciais.

Art. 5º O Comitê terá uma reunião ordinária mensal, e reuniões extraordinárias sempre que necessário, que serão convocadas por qualquer membro do Comitê, havendo motivo que justifique.

Art. 6º As reuniões do Comitê deverão contar com a presença de todos os membros do Colegiado.

Art. 7º As decisões do Comitê decorrerão de votação de maioria simples.

Parágrafo único. Havendo manifestação de vontade, eventuais votos vencidos deverão ser registrados, acompanhado das respectivas justificativas que embasaram o voto.

Art. 8º Nas reuniões ordinárias os seguintes assuntos deverão compor a pauta:

a) Análise do cenário macroeconômico e das expectativas de mercado;

b) Apresentação dos estudos relacionados aos investimentos propostos para o mês em curso e até a reunião seguinte, com indicações e estratégias a serem seguidas pela Presidência;



Prefeitura Municipal de Águia Branca  
Estado do Espírito Santo

c) Elaboração do Fluxo de Caixa dos resgates e aplicações previstas para o mês em curso e demonstrativo da movimentação dos investimentos durante o mês anterior;

d) Avaliação dos investimentos que compõe o patrimônio dos diversos segmentos de aplicação;

e) Outros assuntos relacionados à sua competência.

Art. 9º A coordenação dos trabalhos será exercida pelo presidente dos investimentos, que obrigatoriamente deverá possuir certificação por entidade autônoma de reconhecida capacidade técnica e difusão no mercado brasileiro de capitais, sendo escolhido entre os membros com maior conhecimento técnico.

§ 1º O Presidente indicará qual membro que desempenhará o papel de Secretário.

§ 2º São atribuições do Secretário:

I - Distribuir, previamente, a pauta de cada reunião, contendo os assuntos a serem tratados, bem como material de apoio à reunião;

II - Lavrar as respectivas atas das reuniões e eventuais anexos, submetendo-os à aprovação e assinatura pelos membros do Comitê, que, depois de numerados e assinados, serão arquivados por prazo indeterminado, na sede do Instituto de Previdência em meio físico e eletrônico.

III - Encaminhar todas as propostas, sugestões e decisões, respeitada a competência do comitê, à Presidência do Instituto de Previdência, para a tomada de decisões acerca dos investimentos.

§ 2º São atribuições do Presidente:

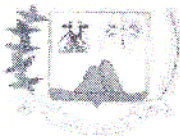
I - Convocar titulares e suplente e presidir as reuniões do comitê;

II - Avocar as atribuições exercidas pelo Secretário, devidamente fundamentado o ato, se necessário;

III - zelar pelo fiel cumprimento do presente Decreto.

Art. 10. Os assuntos a serem tratados nas reuniões do Comitê deverão, sempre que possível, estarem embasados em exposições contendo todas as informações necessárias para discussão e deliberação dos mesmos.

Parágrafo único. Sempre que se julgar necessário, poderão ser convidados especialistas de mercado ou quaisquer outras pessoas que venham a contribuir para a análise e discussão de assunto da pauta.



Prefeitura Municipal de Águia Branca  
Estado do Espírito Santo

Art. 11. As matérias analisadas e/ou aprovadas pelo Comitê de Investimento serão registradas em atas, que depois de assinadas ficarão arquivadas juntamente com os pareceres/posicionamentos que subsidiarão as recomendações e decisões.


CAPÍTULO II  
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a publicar Portaria nomeando o Comitê de Investimentos instituído por este Decreto.

Art. 13. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 14. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Águia Branca – ES, em 11 de agosto de 2017.

  
Ângelo Antônio Cortelleti  
Prefeito Municipal